

# Entre literatura e política: a República e o duelo Bilac-Pompeia (1892)

Between literature and politic: the Republic and the Bilac-  
Pompeia duel (1892)

Marconi Severo\*

## Resumo

Com base na análise do duelo entre Raul Pompeia e Olavo Bilac (1892), argumenta-se acerca do quanto os conflitos políticos dos primeiros governos republicanos influenciaram na configuração do campo intelectual à época. Apesar de o duelo ter sido suspenso no derradeiro momento, a influência de suas reais motivações só cessaria com o término do Governo Floriano Peixoto (1891-1894), o que permite afirmar que neste período os embates (no duplo sentido do termo) deflagrados entre os escritores eram motivados menos por questões literárias do que pelas posições assumidas no campo político-ideológico.

Palavras-chave: República; Duelo; Literatura e política; Olavo Bilac; Raul Pompeia

## Abstract

Based on the analysis of the duel between Raul Pompeia and Olavo Bilac (1892), we argue about how much the political conflicts of the first republican governments influenced the configuration of the intellectual field at that time. Although the duel was suspended at the last moment, the influence of its real motivations would only cease with the end of the Floriano Peixoto government (1891-1894), which allows us to affirm that in this period the battles (in the double sense of the term) between writers were motivated less by literary issues than by the positions taken in the political-ideological field.

Keywords: Republic; Duel; Literature and Politic; Olavo Bilac; Raul Pompeia

\* Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal de Santa Maria, Av. Roraima, n. 1000, *Campus* da UFSM. Bairro Camobi, Rio Grande do Sul, RS, 97105-900, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5374-5183> e-mail: marconisevero@hotmail.com

O que é curioso é que nós, que não fazemos política, estejamos ocupados, eu em falar dela, tu em ouvi-la.

Machado de Assis. *A semana*, 11 out. 1896.

## Introdução

A maior parte dos estudos dedicados a Raul Pompeia (1863-1895) e Olavo Bilac (1865-1918) pauta-se no fato de que ambos são consagrados pela literatura nacional. Há, no entanto, e sem que seja preciso recair em estudos biográficos, de um lado, ou em análises estritamente focadas em suas obras literárias (conforme o programa dos formalistas russos), de outro, outras possibilidades analíticas. O caso do duelo ocorrido entre ambos é um bom exemplo. Isto porque durante os Governos Deodoro (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) não foram poucos os escritores que utilizam suas penas para, nos meios literários e jornalísticos, dar sequência às discussões travadas nas arenas políticas. Havia então, para falar como os físicos, uma ressonância entre a política e as letras: se a pergunta efetuada naquele momento era consensual – *Que rumo deve tomar a República?* – as respostas, entretanto, eram as mais variadas. Bilac e Pompeia, por exemplo, possuíam opiniões francamente opostas, embora comungassem em algo, ou seja, cada qual, a seu modo, visava convencer a “opinião pública” de que o seu ponto de vista era o melhor.

Cronistas e jornalistas profícuos, agitadores políticos e intelectuais, além de bons amigos: Raul Pompeia e Olavo Bilac pertenceriam à mesma geração que lutara pelas causas abolicionista e republicana. Pardal Mallet chegou a afirmar, em crônica de 10 de julho de 1890, que “fomos – o Bilac, o Pompeia, o Neto, o Guimarães, o Alcindo e eu, quase todos da mesma idade, nascido entre os anos de 63 e 65, reunidos pela convivência acadêmica”, além de estarem “bastante certos para aceitar a camaradagem dos veteranos – Luiz Murat, Paula Ney, Aluísio Azevedo, Emílio Rouéde e Arthur Azevedo, bastante fortes para fazer de todo este pessoal uma só família”. Mas, se Pompeia e Bilac foram republicanos no Império, tornar-se-iam opositores na República. Ocorre que, uma vez alterada a forma de governo, cada qual passaria a defender uma concepção diferente quanto aos rumos dos primeiros governos republicanos, especialmente aqueles conferidos pelo governo Floriano Peixoto. Não é por acaso que este período ficou conhecido pelas decepções, expectativas, fanatismos e revoltas registradas pela historiografia brasileira, como atesta o clássico de José Murilo de Carvalho (1987). A este conjunto de decepções e expectativas, inspirado nos estudos de Maria Mello (2011), poderíamos dar o nome de dialética das *esperanças subjetivas* e dos *atos objetivos*, ou melhor, das *ilusões* e *desilusões* republicanas.

Ao contrário que se poderia supor, não foram as letras a causa do desentendimento cujo desfecho foi o duelo Bilac-Pompeia, em março de 1892. O mais correto seria dizer que foram as suas posições e tomadas de posição com relação ao campo político o que ocasionou a dissensão entre ambos e que esta, uma vez instigada pela mútua imprudência, conforme atesta a troca de

insultos *ad hominem* em suas crônicas, teria provocado o duelo. Ao afirmar isso não quero apenas pôr em evidência o agente causador da contenda (política), mas também explicitar o desenrolar dos fatos que a teriam ocasionado (já que hoje, maculado pela imagística mítica, o caso parece atrair atenção mais como uma “curiosidade jornalística” do que pelo que ele verdadeiramente é, ou seja, um fato histórico com relevância política). O duelo, no entanto, não ocorreu *de facto*; ou melhor, no derradeiro instante, as testemunhas intervieram e obrigaram os adversários a encerrá-lo. Ora, a esta altura não se tratava propriamente de um duelo de escritores, mas antes de agitadores políticos que faziam da pena a sua arma, conforme salientou Silva (2002). Mas o que há por trás desses acontecimentos a ponto de justificar uma pesquisa? Como é possível, a partir de um ato relativamente inusual – o duelo –, efetuar considerações que contemplem literatura e política?

Defendo que o campo artístico-literário brasileiro deste período – isto é, do espaço de tempo que vai da queda do Império até os dois primeiros governos republicanos, portanto de 1888 a 1894 – foi influenciado muito mais por forças externas do que internas, embora não a ponto de desestruturá-lo. Por exemplo, para ficar apenas no caso de Raul Pompeia, pode-se dizer que o escritor praticamente abandona seus projetos literários para dedicar-se à carreira de funcionário público e agitador político, dado o seu comprometimento com a nova forma de governo. Porém, não obstante suas atividades políticas, nem Pompeia nem Bilac foram políticos profissionais. O que se pode dizer, com justiça, é que ambos empregaram no seu meio todas as suas capacidades intelectuais para defender interesses que não eram propriamente os deste meio.

Resta, por fim, salientar que o texto foi estruturado em três partes distintas, porém complementares: na primeira delas abordo as personalidades de Raul Pompeia e Olavo Bilac segundo a opinião de seus coetâneos, além de traçar alguns apontamentos sobre o “exótico” ato de duelar; na segunda, o foco recai na análise das causas que teriam motivado o duelo, tentando com isso preencher uma lacuna crítica que se contenta em adjetivar ambos os escritores como republicanos sem, contudo, analisar tal republicanismo; já na terceira parte do texto, que precede algumas considerações finais, efetuo uma releitura, pautado em Arthur Azevedo e Viveiros de Castro, sobre o desfecho do duelo Bilac-Pompeia. Fundamentado sempre que possível na análise de fontes originais, este artigo concentra-se naquilo que Arthur Azevedo chamou, em crônica de 27 de março de 1892, de o “duelo gorado” de Raul Pompeia e Olavo Bilac, ou seja, o confronto, *mais verbal do que físico*, entre o “mais jacobino” e o “mais afrancesado” dos escritores brasileiros.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Conforme antonomásias publicadas, sob o pseudônimo de Cazuzá, no jornal *A República* (02/04/1895).

## Raul Pompeia, Olavo Bilac e os duelos

A estima que nutria Raul Pompeia por Olavo Bilac, e vice-versa, foi constantemente ressaltada seja entre si, seja por seus coetâneos. Pedreira Franco, por exemplo, já em 1888 (ano de publicação de *O Ateneu*) ressaltava tanto a amizade quanto o potencial literário, intelectual e vanguardista de ambos os escritores. Para Franco (1888, p. 22), Raul Pompeia, enquanto poeta e artista, compreendia como ninguém “as necessidades da época”, o que o levou a concluir que a “poesia pode existir independente da versificação”, referindo-se às suas *Canções sem metro*. Cabia justamente a este vanguardismo (no gênero do *poema em prosa*) o fato de que Pompeia possuísse, segundo o crítico, inegáveis semelhanças com Olavo Bilac, especialmente no que se refere à dedicação de ambos ao universo literário: “de Raul Pompeia posso dizer: escreveu poesia em prosa, da mesma sorte que Olavo Bilac escreveu-a em versos”. Como se percebe, ambos os jovens (Pompeia tinha vinte e cinco anos, Bilac, vinte e dois) já se destacavam nas letras. A fim de ressaltar tal destaque, Pedreira Franco (1888, p. 23) afirmaria ainda que se “o poeta é, ao mesmo tempo, músico, pintor, escultor e arquiteto”, então, como que por consequência, “Raul Pompeia e Olavo Bilac estão neste caso”.

Outro coetâneo próximo ao círculo de amizade dos escritores que também ressaltou aspectos semelhantes aos apontados por Franco foi Araripe Júnior. O “mais ciência”, como era conhecido por seus pares,<sup>2</sup> também faria uma outra análise literária – para além daquela que efetuara no ano de publicação de *O Ateneu* – importante para os fins aqui propostos. Trata-se de seu *Retrospectivo literário do ano de 1893*, publicado em forma de folhetins no jornal *A semana* ao longo de março de 1894 a fevereiro de 1895. Embora o seu retrospectivo diga respeito ao ano de 1893, portanto um ano após o duelo de Pompeia e Bilac, ele nos serve como uma importante fonte documental para compreender como as mudanças decorridas com a Proclamação da República foram decisivas para colocar em franca oposição dois escritores que, além de possuírem uma mesma origem social, ocupavam uma posição homóloga no campo literário.

Ao analisar o polêmico prefácio que Pompeia dedicou ao livro *Festas Nacionais*, do seu também amigo Rodrigo Octávio, Araripe Júnior (1894, p. 251) tece os seguintes comentários: “não há como negar [...] que o autor d’*O Ateneu* [...] exagerou um pouco o ponto de vista em que se colocou para estudar o nacionalismo brasileiro”, exagero sem dúvida atribuído às “feições do estilo intenso” de Pompeia, bem como a certos “antecedentes da imprensa fluminense dignos de nota” (referência a supostas publicações que defendiam interesses estrangeiros, sobrepondo-os aos nacionais). Apesar de tentar justificar o “exagero” do escritor, Araripe Jr. não hesita em afirmar laconicamente que “Raul Pompeia atribula-se” ao comprar brigas políticas, porquanto era justamente isso “o que ele devia evitar”. Ocorre que no referido prefácio Pompeia (1893), de fato,

---

<sup>2</sup> Cf. *A República* (02/04/1895).

se expressara com todo o teor “incendiário” que lhe era característico, evidenciando seu programa político: republicano jacobino, florianista entusiasmado e nacionalista exacerbado (daí o “jornalista apaixonado e de expressões agudas”, conforme se referiu Araripe Júnior ainda nessa mesma página).

Mas não é somente à análise de Pompeia que se dedica o cronista. Em tom bastante irônico, Araripe Jr. (1894, p. 290) assegura também que “Olavo Bilac, por exemplo, quando ama, irritado, morde; seus cantos muito doces e fluentes, são entretanto como ananás do Amazonas; deliciam o paladar, mas deixam a língua em sangue”. O que difere em relação à crítica anterior é o motivo pelo qual ela se origina: se em Pompeia o foco consiste na sua exacerbação político-ideológica, em Bilac a crítica refere-se às suas poesias, o que, por certo, não impede que sejam feitas algumas alusões à sua personalidade sutil e ambivalente. Embora de forma um tanto sensacionalista, Eloy Pontes (1934) argumentou também que a proclamação da República afetou profundamente os ânimos literários de então. De acordo com o primeiro biógrafo de Raul Pompeia, com o advento da República, a “ vaidade e a ambição lançaram o país na guerra civil”, desencadeando uma “verminose política” que “atacou, sem escolha, gregos e troianos” (1934, p. 193).

Exageros à parte, acertadamente acrescenta o autor que a nova forma de governo colocou em campos opostos Olavo Bilac e Raul Pompeia (este último, “florianista, extremado-se, pois não conhecia meio-termo, rompeu com amigos, discutiu sem cautelas, invectivou de frente os adversários”). É curioso, no entanto, quando afirma ainda nesta mesma página que do “famoso duelo”, oriundo de uma “troca lastimável de doestos, escritos e verbais”, não “ficaram resíduos”. Ora, os fatos demonstram justamente o contrário: por exemplo, sob ordem de Floriano Peixoto, Olavo Bilac chegaria até mesmo a ser preso e degredado para o Amazonas, como aponta Silva (2002). Mas antes de abordarmos este assunto, o que aliás consiste nas *causas do duelo*, é importante termos mente as concepções que o próprio Pompeia possuía (previamente à proclamação da República) com relação tanto a Olavo Bilac quanto ao ato de duelar, posto que, se Bilac nunca foi contra o duelo, Pompeia, por sua vez, o repudiava veementemente.

Em mais de uma ocasião Pompeia dedicou suas crônicas, de forma parcial ou integral, à análise ou ao elogio tanto das obras como da personalidade de Olavo Bilac. Basta conferir, para citar dois exemplos, a crônica de 2 de setembro de 1888, publicada no jornal *Diário de Minas*, e a crônica de 8 de outubro de 1888, publicada na sua seção *Pandora* do jornal *Gazeta de Notícias*. No primeiro caso, após discorrer sobre temas diversos da Corte – tratava-se de uma seção informativa sobre os principais acontecimentos ocorridos na capital –, o escritor encerra sua narrativa citando “um soneto do Olavo”, verdadeira “chave de ouro para a crônica”. Na segunda delas, integralmente dedicada a Bilac, escreve Pompeia o seguinte: “Olavo Bilac não é um parnasiano, embora pareça dizê-lo a *Profissão de fé* com que abre o volume: ‘Invejo o ourives quando escrevo...’”, dado que ele “tem a forma fácil e a inspiração ardente”, ou seja, “traços que

o removem para longe da escola dos *Emaux et Camées*” de Théophile Gautier. Após discorrer longamente sobre as poesias de Bilac, Pompeia dedica-lhe o seguinte panegírico, com o qual encerra sua narrativa: “com os ligeiros senões que se queira descobrir e com as evidentes qualidades, as *Poesias* de Olavo Bilac vêm decorar como uma verdadeira preciosidade a biblioteca da nossa literatura”.

Se Pompeia pouco receava ao elogiar Bilac, sua atitude modificava-se radicalmente quando se tratava do ato de duelar, conforme atesta a narrativa dedicada ao duelo de Pardal Mallet e Germano Hasslocher (ambos os amigos de Bilac e Pompeia)<sup>3</sup> publicada, de acordo com a compilação de 1996, em crônica de 9 de dezembro de 1888.<sup>4</sup> Foi “em um terreno do restaurante Campestre do Jardim Botânico” diz Pompeia (1996, p. 62), que “bateram-se em duelo dois rapazes da imprensa, Germano Hasslocher e Pardal Mallet”. Não se tratava de uma simples altercação, mas antes de um “duelo legítimo, de sangue”, afinal, “Germano teve um braço varado pelo florete do adversário”. Não isento de certo humor e ironia, o cronista afirma que a imprensa “festejou unânime este fato como a introdução possível do costume exótico nas relações acidentadas da vida dos moços”. Pompeia, porém, divergia “desses aplausos”. A divergência tem suas razões: ao servirem de mofa, os combatentes expunham não apenas a si, mas também a categoria profissional à qual pertenciam. Entretanto, não eram todos os intelectuais que pensavam como Raul Pompeia.

Segundo Braga-Pinto (2014), mesmo entre os escritores havia uma controvérsia entre aqueles que pretendiam inserir o duelo nos costumes nacionais e aqueles que eram totalmente contra tal prática. Podemos exemplificar, como defensores, Pardal Mallet e Emanuel Carneiro; como opositores, Raul Pompeia e Viveiros de Castro. De certa forma, a prática do duelo consistiu no que se pode chamar de “modismo” entre os homens cultos, especialmente entre os jornalistas, cuja duração foi relativamente curta: do final da década de 1880 até o início da década seguinte. Sua incidência entre este seletivo grupo, ainda que efêmera, devia-se à sua função de distinção

---

<sup>3</sup> Sobre este duelo, consultar o editorial do jornal *Gazeta da Tarde* (4/12/1888) que traz a seguinte notícia: “Ontem às 6 ½ horas da tarde, houve um encontro pelas armas entre nosso colega Dr. Germano Hasslocher da *Gazeta da Tarde* e o Dr. Pardal Mallet, também jornalista. Foram testemunhas por parte do nosso companheiro de redação o Dr. Gregório de Almeida, redator do *Diário de Notícias* e o nosso colega e amigo Antônio Azeredo e testemunhas do Dr. Pardal Mallet os Srs. Dr. Luiz Murat e Coelho Neto, também jornalistas.” O duelo terminou “no terceiro assalto”, quando “foi ferido no braço direito o nosso colega: julgou-se que estava salva a honra dos dois combatentes, que portaram-se galhardamente, colocando a coragem acima da inabilidade no manejo das armas, e deu-se por findo o encontro.”

<sup>4</sup> A cautela a citar esta edição se deve a algumas imprecisões, talvez de editoração. As crônicas selecionadas não correspondem à versão original, já que algumas foram reduzidas a menos de um terço, sem falar da curiosa arbitrariedade com que foram selecionados os excertos, pois há casos em que o mais importante foi deixado de lado em prol de descrições tidas pelo próprio cronista como de menor importância, tais como as apresentações teatrais, musicais etc. Há também erros relacionados às datas de publicação: a crônica publicada entre as p. 30-31 é referenciada pela data de 19 de agosto de 1888, embora a versão correta seja 16 de setembro de 1888 (*Jornal Diário de Minas/MG*).

social (em oposição às práticas utilizadas pelas classes populares para a resolução de seus conflitos, tais como a violência propriamente dita e a capoeira, que simbolizava à época o próprio antagonismo do homem culto). Não obstante, é curioso notar, nesse sentido, que em todos os casos de que se têm notícia, não houve nenhuma incidente que tenha terminado em morte.<sup>5</sup> Logo, não se surpreende, como notou José Broca (1961), que salvo o caso de Pompeia e Bilac, todos os demais duelos tenham terminado do mesmo jeito que começaram: com uma boêmia confraternização entre amigos.

Quanto à irracionalidade do ato, diria Pompeia (1996, p. 62) o seguinte: o “duelo, para mim, é magnífico em uma vistosa estampa de romance ilustrado. Fora disso, considero uma brutalidade absurda e repugnante”. De acordo com o cronista, não é possível compreender o ato de duelar sem considerar também “o risco de morte” inerente à prática; e “ainda menos se compreende, com as ideias atuais da luta pela vida e do requinte complicado dos combates da civilização”, como alguém pode “decidir”, como que motivado pela “covardia” de “um embaraço”, pela “supressão do adversário”. O ato seria, então, indubitavelmente irracional e primitivo: “desviada a questão do terreno em que seríamos batidos” e “vingando a superioridade moral que nos vexava com a vantagem de uma habilidade física que nos favorece”, o que se retira de tudo isso nada mais é senão o “assassinato” do “argumento honesto de uma boa razão com um sofisma sangrento do espadachim”. Pode-se concluir daí que o duelo, de acordo com Pompeia, consistia em um “ato exótico” empregado para resolver “relações acidentadas” que só teria sua justificação em um romance, embora na realidade o considerasse um ato de “brutalidade absurda e repugnante”, uma vez que se trocava a pena pela espada, isto é, a razão pela força.

Uma vez ciente dessas considerações, é possível supor o grande mal-estar de Pompeia quando ele viu-se novamente na desconfortável tarefa de abordar este tema, embora com outro protagonista: o duelo deu-se agora entre Pardal Mallet e Olavo Bilac. É na sombria crônica de 29 de setembro de 1889, após comentar sobre as práticas de suicídio no Rio de Janeiro, que Pompeia deixa mais uma vez entrever o seu descontentamento, motivado pelas mesmas causas: “o duelo que tivemos foi de Pardal Mallet com Olavo Bilac, um jornalista e um poeta, jornalista também”. Assim como no caso anterior, também aqui o cronista torna a ressaltar o exotismo da prática, a fim de desacreditá-la perante a opinião pública. “Pela profissão dos adversários”, diz ele, “vê-se que apesar do esforço de alguns para introduzir nos costumes nacionais este exotismo de capa e espada, o duelo ainda não conseguiu fazer carreira fora da roda em que teve aceitação”. Tratava-se de uma prática condenada ao ostracismo: o duelo “não somente está

---

<sup>5</sup> Para Thompson Flores e Remedi (2019), os duelos geralmente terminavam ao “primeiro sangue”, raramente terminando em ferimentos graves ou morte.

adstrito à fração da sociedade que iniciou aqui a sua prática, como, entre os seus próprios introdutores, vai perdendo opinião”.<sup>6</sup>

No seu interessante estudo sobre as origens dessas contendas, Braga-Pinto (2014) chegou à conclusão que boa parte delas se resumia a publicações agressivas ou caluniosas em jornais da época (havia até mesmo, segundo o autor, pessoas que ganhavam a vida exclusivamente cedendo seu nome para assinatura deste tipo de material, como era o caso do ex-escravo Romão José de Lima). Não surpreende que os casos Hasslocher-Mallet e Mallet-Bilac não tenham sido os únicos. De mesma natureza e época podemos citar ainda outros exemplos, tais como os duelos Visconde de S. Salvador-Ferreira de Araújo (1886) e Coelho Neto-Castro Soromenho (1889), dentre outros. Evidentemente, nem todos pensavam como Pompeia. Por exemplo, em crônica de 21 de julho de 1888, Mallet advoga em prol do duelo, alegando que este teria a grande virtude de proporcionar ao indivíduo que teve sua honra ferida a oportunidade de reavê-la, sem excluir a possibilidade de que os contendores “possam mais tarde apertar-se as mãos” ou, em casos extremos, que o “sobrevivente acompanhe o prestígio funério do morto.”<sup>7</sup> A distinção social aparece com clareza no argumento de Mallet quando defende que a “sociedade há de preferir sempre o homem que reage àquele que vai se queixar à polícia”, e, “entre aqueles que reagem, ao que joga capoeira no meio da rua, ela prefere ainda o que expõe o peito à lâmina ou à bala do adversário”. O duelo marcaria posições sociais, não envolvendo nem mesmo a arbitragem oficial (polícia). “Há uma bela poesia cheia de respeito à humanidade na memória desses fidalgos franceses que se batiam à morte, mas cortesmente, de chapéu na mão”, acrescenta Mallet. Por aí se vê de onde vinha sua inspiração.

Arthur Azevedo também era de opinião favorável ao duelo. No entanto, ao contrário de Mallet, Azevedo não fomentava ou praticava o duelo. Vi nele tão somente uma forma de regulamentar os excessos cometidos pela imprensa (segundo pensava, o receio de ser desafiado a duelar, faria com que os escritores e jornalistas fossem mais comedidos).<sup>8</sup> Como defendem Thompson Flores e Remedi (2019) para um período mais recente (segunda metade do século XX), o duelo tinha como característica principal o fato de ser uma forma de a elite

---

<sup>6</sup> Sobre o duelo de Mallet-Bilac, cf. o editorial do jornal *Cidade do Rio* (24/9/1889), que narra a cômica dificuldade enfrentada pelos contendores para encontrar testemunhas e fugir da polícia para só então poder travar o embate que, segundo o jornal, durou apenas quatro segundos. Valentim Magalhães, por seu turno, complementa os fatos narrados em crônica publicada anos mais tarde pelo jornal *A semana* (16/02/1895) em alusão ao passamento de Pardal Mallet. Segundo o jornalista (1895, p. 19), “Mallet teve vários duelos. O mais extraordinário foi com seu inseparável amigo Olavo Bilac. Não sei por que futilidade chegaram à contingência dolorosa de baterem-se. O que sei é que na véspera do duelo o Bilac foi na casa do Mallet com os floretes, passou com ele a noite a tomar conhaque e a fumar cigarros na maior cordialidade e às cinco da manhã foram para o quintal, puseram-se nus da cintura para cima e bateram-se, sem testemunhas, com armas que nenhum deles conhecia. Foi ferido o Mallet. Apenas o Bilac viu o sangue no peito do seu querido amigo atirou-se a ele chorando, levou para a cama e saiu, como um doido, em cabelo, a procura de um médico. O ferimento foi leve.”

<sup>7</sup> MALLET, Pardal. Duelo. *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 21 jul. 1888.

<sup>8</sup> AZEVEDO, Arthur (sob o pseud. de *Eloy, o herói*). Croniqueta. *A Estação*, RJ, ago. 1886.

resolver suas pendências, marcadamente em oposição às formas e meios usuais junto às classes populares. Outro aspecto importante do fenômeno, segundo os autores, é fato de que o duelo teve uma melhor aceitação em países como Argentina e Uruguai, sendo comparativamente pouco presente no território brasileiro. Braga-Pinto (2014) argumenta que um dos fatores que explica sua pouca incidência pode ser encontrado no fato de que o duelo foi tipificado como crime pelo Código Penal de 1890. De fato, Viveiros de Castro foi um dos primeiros defensores públicos que mobilizou o código republicano para perseguir – com sucesso, diga-se de passagem – os reais e potenciais beligerantes.

### **As causas do duelo Bilac-Pompeia**

Com a queda do Império, Pompeia deixou de ser escritor para tornar-se jornalista. Bilac, por sua vez, também empenhou sua pena nas colunas diárias, mas como oposição aos governos militares. Dizer então que Pompeia ou Bilac foram ou deixaram de ser amigos, só constitui uma assertiva coerente do ponto de vista temporal, já que o “duelo gorado” ocorrido no dia 21 de março de 1892 não foi ocasionado por um ato isolado, mas antes por uma série de refregas jornalísticas que remontam, no mínimo, à posse de Floriano Peixoto como presidente da República, em 23 de novembro de 1891. As admoestações que antecederam a contenda foram o que se pode chamar de estopim: a desculpa que faltava para “cruzarem os ferros” (como tantas vezes fez Pardal Mallet). Concretizada a abolição da escravatura e proclamada a República, ambos deram vazão ao que acreditavam ser o melhor rumo político a ser tomado pelos primeiros governos republicanos. Pompeia, como dito anteriormente, identificou-se com o programa florianista, nacionalista, autoritário e jacobino, necessário, segundo ele, para a consolidação da nova forma de governo; Olavo Bilac, por sua vez, identificava-se com uma visão de República que oscilava entre o liberalismo norte-americano e o positivismo moderado.

De acordo com Rodrigo Octávio (1896, p. 109), referindo-se a Raul Pompeia, a política “foi um desvio fatal na carreira do grande escritor”. Segundo o crítico, “faltava-lhe tudo o que era preciso para o triunfo político”, e caso Pompeia tentasse se tornar um político profissional, aconteceria que “em pouco tempo ver-se-ia isolado, só, com sua intransigência e seu ideal”. Para Octávio, Raul Pompeia não se tornou e nem poderia se tornar um político profissional; o máximo que ele poderia conquistar neste campo seria algum cargo burocrático – de fato ocupado, primeiro no Diário Oficial, e, logo em seguida, na Biblioteca Nacional –; quanto à sua atuação enquanto agitador político, nada o impedia de praticá-la, desde que como jornalista. Com a proclamação da República, conforme Maria Mello (2011, p. 131), Francisco Portela, “o primeiro governador eleito do Estado do Rio de Janeiro”, montou um aparato político-administrativo que contemplava alguns dos mais “famosos boêmios da década de 1880”: Coelho Neto, por exemplo, “ficou com a Secretaria do Governo; Olavo Bilac na Secretaria do Interior; Aluísio Azevedo foi oficial da Fazenda e Pardal Mallet, arquivista”, Luís Murat, por sua vez, “recebeu o apoio do Presidente da Província para sua bem sucedida candidatura a deputado.” Contudo,

quando Floriano Peixoto assumiu a Presidência da República, demitiu “a tropa de literatos”, acusando-os de “enriquecimento ilícito”. Segundo a autora, Raul Pompeia defendeu a ação, ainda que para defendê-la tivesse de contrariar seus colegas de profissão, o que ele fez sem receio, alegando que a atitude de seus colegas configurava-se como um “descaso com o serviço público posto estarem sempre voltados para as musas.”

É por esta razão que Rodrigo Octávio (1896, p. 109) afirmou, com relação a Raul Pompeia, que “podemos dizer que o escritor morreu aos 29, e ainda assim, por esse tempo, ele era sobretudo o escritor político, nas *Lembranças da semana*, do *Jornal do Commercio*, nas correspondências para os jornais de S. Paulo e Juiz de Fora”, logo, “já quase afastado da literatura propriamente artística”. Octávio refere-se ao ano de 1892, quando Pompeia abandonou a literatura para dedicar-se à burocracia e ao jornalismo (através de suas crônicas). Octávio (1896, p. 110) chegou mesmo a dizer que, “ultimamente, o Marechal Floriano encarnou para ele a personificação da resistência a todos os elementos dissolventes e subversivos que perturbam e entorpecem a marcha do nosso engrandecimento moral e social”, o que teria feito de Pompeia “um partidário da política do marechal, extremado até o fanatismo, incondicional até a irreflexão”.<sup>9</sup>

No momento que antecedeu o duelo, Pompeia era cronista do *Jornal do Commercio* (assinava a crônica *Lembranças da semana*, sob o pseudônimo Y.), ao passo que Bilac era secretário e cronista do jornal *O combate* (autor, sob o pseudônimo de Pierrot, da crônica *Vida fluminense*). Quanto ao jornal *O Combate*, diz Silva (2002, p. 140) que ele foi “fundado por Pardal Mallet, Olavo Bilac e Lopes Trovão no início de 1892” e ficou caracterizado, como o próprio título sugere, como “um jornal de oposição por excelência”. Já o *Jornal do Commercio*, à época governista, havia sido fundado no início do século XIX e, ao contrário de *O combate*, que encerrou suas atividades ainda no governo de Floriano, este só saíria de circulação em período bem recente (2016). Não esqueçamos aqui de um fato notório: Mallet e Bilac haviam travado um duelo em 1889, e nem por isso deixaram de ser amigos. A amizade, aliás, foi reforçada pela oposição ao Governo de Floriano Peixoto, como comprova a parceria jornalística.

Embora as discordâncias tivessem uma origem externa às suas “profissões de fé”, Pompeia e Bilac só poderiam desenvolvê-las em meio a um campo onde exercessem certa influência. Nesse sentido, Silva (2002) tem toda a razão ao afirmar que aquilo que começou com desavenças políticas foi, pouco a pouco, transformado em desavenças pessoais. O auge dos desentendimentos, e conseqüentemente a causa do duelo, diz respeito ao comentário que Olavo Bilac direcionou a Raul Pompeia, já no final de sua crônica, publicada em *O combate* no dia 8 de março de 1892. Essa crônica possui uma peculiaridade digna de nota, e que não passou

---

<sup>9</sup> Em uma homenagem do jornal *Gutenberg* dedicada a Floriano Peixoto, publicada no dia 29 de julho de 1905 (portanto quase um decênio após a morte de Pompeia), é possível ler, abaixo de uma gravura do ex-presidente, a seguinte epígrafe de autoria de Raul Pompeia: “Ele teve dois únicos e reais inimigos na sua vida – o Estrangeiro e a Traição – porque foi justamente a personificação gloriosa da Pátria e da Honra”.

despercebida por Ana Silva. De acordo com a autora (2002, p.141), a sua publicação resulta de um mal-entendido: “os biógrafos e memorialistas” são “unânicos em apontar” para o fato de que naquela “edição de *O Combate*, o texto da série teria sido escrito por Oscar Rosas”, embora a pedido do próprio Olavo Bilac, ou seja, Bilac não teria sido o autor. Contudo, verdade ou não, a assinatura da crônica permaneceu sob o pseudônimo Pierrot. Conforme salienta Silva (2002, p. 142), o próprio Pompeia teria dito que este fato não isentaria Bilac da responsabilidade assumida, como secretário do jornal, de lê-la antes de sua publicação. Bilac teria então procurado Pompeia para desculpar-se pelo acontecido, ao que este último não as aceitou. Ao contrário, optou por responder Bilac da mesma forma, ou seja, por meio da crônica publicada no *Jornal do Commercio*, no dia 15 de março de 1892.

Quanto à estrutura das crônicas, tem-se que ambos os escritores dedicaram grande parte do seu texto à narração de assuntos de cunho essencialmente político. As novidades, artes, festas etc., foram relegadas a um segundo plano, com o qual concebiam o desfecho da narrativa. Este aspecto é fundamental para a compreensão dos ataques pessoais, pois diz muito o local onde eles figuravam, isto é, no final da narrativa: se os assuntos de menos importância serviam para encaminhar a crônica para o seu desfecho, o desacato – para além do seu conteúdo – passava a ideia, justamente pelo local que lhe era dedicado na narrativa, de certa insignificância do acusado, que sequer merecia maiores considerações do cronista (embora não se possa negar que havia, pelo menos até a data de publicação da crônica de Bilac, um certo respeito mútuo: evitava-se o ataque pessoal, por mais que se discordasse do conteúdo). É assim que Bilac, sob o pseudônimo de Pierrot, inicia a contenda.

As “*Lembranças da Semana*, folhetim d’*O Jornal do Commercio*”, diz Pierrot, “bem estão merecendo da nossa crônica uma menção especial”. Essa atenção era devida ao fato de que o “autor das *Lembranças* é um empregado do governo, professor de Mitologia da Escola de Belas Artes”, cargo que justificaria o viés governista de Pompeia (Bilac insinua que Pompeia beneficiava-se de Floriano). Daí a afirmação de que “esse moço bem podia ganhar e ingerir o seu ordenado completamente, sem rebaixamentos de caráter e sem alusões indignas”, mas “ele, entretanto, prefere comer esse pão que o diabo amassou repassando-o pela manteiga do servilismo e da adulação”. Percebe-se que o teor das críticas atinge a honra pessoal de Raul Pompeia (conforme as expressões “rebaixamento de caráter”, “alusões indignas”, “servilismo”, “adulação”), e não mais apenas suas posições políticas. As críticas prosseguem: Pompeia “é muito pretensioso quando pensa que, incessando o marechal Deodoro, o arrasta para as bandas florianistas, onde a desonra impera”. Mas “talvez não seja pretensão, talvez seja amolecimento cerebral”, afinal, “Raul Pompeia masturba-se e gosta de, a altas horas da noite numa cama

fresca, à meia luz de *veilleuse* mortiça, recordar, amoroso e sensual, todas as lealdades<sup>10</sup> que viu durante o seu dia, contando em seguida as tábuas do teto, onde elas vaporosamente valsam”.

O que certamente causou o maior incômodo a Pompeia – e, supõe-se, também aos leitores da época – não foi o emprego de adjetivos para fins maledicentes, mas sim a causa do “amolecimento cerebral”, ou seja, o fato de Pompeia masturbar-se. Se hoje essa desavença soa um tanto jocosa, alegar publicamente que alguém se masturbava era equivalente à acusação de perversão sexual, ou comportamento no mínimo patológico (a masturbação era então um tabu). Afora o ato em si, Bilac sugere ainda que não seria saudável que mulher alguma se aproximasse de Pompeia, dado seu comportamento pervertido. No seu conjunto, o teor dessas poucas linhas é suficiente para causar um sério embaraço tanto para o acusador quanto para o acusado. Pompeia responderia da mesma forma, isto é, dedicando algumas poucas linhas igualmente no final de sua crônica publicada no dia 15 de março de 1892.

De acordo com Pompeia, “pode-se lançar à conta dos fatos da semana a agressão que sofreu nominalmente o obscuro autor destas crônicas” por “parte dos escritores prováveis ou certos da seção especial dos desaforos, de um dos diários desta cidade”. Já nessa frase pode-se perceber que o tom de resposta tende a ser outro, mais sutil, embora não menos pungente, conforme atesta os termos “escritor provável” e “seção especial de desaforos”. O cronista tem em vista transmitir a noção de insignificância e amadorismo do seu detrator, afinal, não se teria certeza se ele é ou não um escritor, embora sugira que não o seja, dado que um escritor não se prestaria a assinar uma “seção de desaforos” (sua crítica contempla o relato de Bilac, segundo o qual não teria sido ele o autor). “Fato mínimo”, prossegue ironicamente referindo-se ao ataque desferido contra ele, pois este “só não foi personalíssimo porque foi um caso de imprensa, e por isso apenas é lembrado em fim de crônica”. Observe-se que ao dizer isso, Pompeia busca salientar a sua superioridade de homem culto, jornalista e escritor consolidado.

Mas isto não bastou para que o cronista se eximisse de um contra-ataque mais feroz: “respingo de lama pode lá ter troco? Nem sequer desprezou-se: seria sujar o desprezo”. O ápice de sua narrativa se dá então quando reflete sobre a possibilidade de uma resposta “à altura”. “Quanto a responder...”, diz ele, “haveria mister voltar contra os agressores a mesma arma fácil da afronta, de que se servirão, assacar um doesto bem forte, dizer, por exemplo, detidamente” – e aqui Pompeia desfere sua crítica mais contundente – “que o ataque foi bem digno de uns tipos, alheados do respeito humano, licenciados, marcados, sagrados – para tudo – pelo estigma preliminar do incesto”. Pompeia refere-se ao fato de que Olavo Bilac não tinha filhos, pois era o responsável pela educação de seu sobrinho, daí o incesto.

---

<sup>10</sup> Na publicação original consta “lealdades”, ao contrário de “beldades”, como em Silva (2002).

## O “duelo gorado”

Apesar da gravidade das afrontas, ainda não se cogitava a ideia de um duelo. Quem nos fornece uma interpretação que permite compreender como o encaminhamento dessas desavenças levou ambos os escritores ao duelo é Ana Silva (2002, p. 142). Pautada na leitura de biógrafos e memorialistas, afirma a autora que após a publicação das crônicas houve acidentalmente um encontro entre os escritores na “confeitaria Cailteau”, ocasião em que os literatos “se atracaram aos safanões e se esbofetearam, sendo apartados graças às várias investidas dos colegas que se encontravam no local”. Se a prudência inerente à atividade literária naturalmente os impossibilitou a expressão de sua mútua irritação, o encontro permitiu-lhes, por seu turno, tirar as amarras impostas pela censura do bom-tom jornalístico. A agressão física foi, portanto, uma sequência e consequência daquilo que não poderia ser expresso através das crônicas, ou pelo menos não sem antes abalar a credibilidade dos escritores perante seu público leitor. Não admira, portanto, que o ato seguinte a esse episódio fosse o duelo.<sup>11</sup>

De fato, o duelo foi marcado. Seria realizado no dia 21 de março de 1892. Mas entre a ideia e o ato, houve cenas que não perdem em nada para uma “vistosa estampa de romance ilustrado”, desde que considerado pelo gênero anedótico. Além das memórias e das biografias analisadas por Silva (2002) e Braga-Pinto (2018), há também outras fontes textuais cuja análise é indispensável para uma melhor compreensão do embate travado entre Raul Pompeia e Olavo Bilac. Trata-se de duas crônicas escritas e publicadas logo após o desfecho do duelo: de um lado, há a versão de Arthur Azevedo, publicada no dia 27 de março de 1892; de outro, tem-se a narrativa de Viveiros de Castro, publicada no dia 30 de março de 1892. Começemos, então, pela crônica intitulada *Cartas fluminenses*, de Arthur Azevedo.

O cronista, já no primeiro parágrafo, apresenta aos seus leitores o teor anedótico que pautará sua narrativa: “há uma comédia intitulada *Quase se pegam*. Os meus colegas Olavo Bilac e Raul Pompeia representaram-na esta semana ao vivo”, isso porque ambos “desafiaram-se para um duelo à espada, no *atelier* Bernardelli, e acharam-se a postos no momento marcado para o combate”. Tal combate, contudo, não ocorreu, dado que “as testemunhas intervieram com tanto jeito, que os dois adversários não cruzaram os seus ferros”. Todos os envolvidos direta ou indiretamente neste duelo possuem, ainda que em graus variados, vínculos que os unem. Por exemplo, o local escolhido para o encontro não era nada menos do que o atelier de Rodolfo Bernardelli, irmão do também pintor e escultor Henrique Bernardelli. Apesar dos preparativos, não restara, segundo o cronista, nenhum vestígio do “duelo gorado”, salvo o “inquérito aberto a requerimento do promotor público, Dr. Viveiros de Castro, o *Ignotus* do *Paiz*, que, em se tratando

---

<sup>11</sup> Conforme Silva (2002, p. 142-143), fundamentada em Rodrigo Octávio, a ideia do duelo partira não de Bilac, mas de Pompeia (o que é confirmado por Viveiros de Castro). José Broca (1961, p. 4) também confirma esta versão, o que demonstra sua fúria.

do assunto, está sempre a cavalo no Código Criminal”.<sup>12</sup> A assertiva possui enorme relevância: ao nomear o autor por trás do pseudônimo *Ignotus*, Arthur Azevedo permite que leiamos a crônica de Viveiros de Castro cientes de que, além de ser ele o autor, também foi o promotor responsável pelo inquérito instaurado para apuração dos fatos.<sup>13</sup>

Se não sabia, ou se achou por bem não explicitar, o fato é que Arthur Azevedo alegou em sua crônica ignorar “os motivos que levaram os dois contentores ‘ao terreno’, como se diz na França”. Impossível não notar a alusão irônica ao exotismo do ato de duelar, tal como lembrado outrora pelo agora duelista Raul Pompeia. Não sem boas razões, Azevedo se diz profundamente admirado com tal empreendimento, uma vez que “tanto Raul Pompeia quanto Olavo Bilac são dotados de uma amabilidade extrema, quer escrevendo, quer conversando”, de onde decorre sua estupefação ao afirmar o seguinte: “não sei como duas criaturas tão meigas, tão amoráveis, foram reciprocamente levadas a um duelo, de que poderia resultar a morte de um ou de ambos”. Mas, contrariando a si mesmo quando diz ignorar as causas do confronto, o cronista não deixa de relatar ao leitor o que, em sua opinião, teria motivado o combate: “se me não engano, a dissensão partiu da política, porque – quem o diria? – Olavo anda a fazer política nas colunas do *Combate*, e Raul Pompeia anda a fazer política no rodapé do *Jornal do Commercio*”.

Demonstrando uma linha de raciocínio semelhante à de Rodrigo Octávio e Araripe Júnior, segundo a qual a política foi um desvio fatal na carreira literária de Raul Pompeia, Arthur Azevedo afirma também que “nem um nem outro nasceu para isso”. “Tudo quanto eles escrevam pró ou contra o governo do Sr. Floriano Peixoto é literatura efêmera, de que não fica sulco no espírito dos leitores, ao passo que os livros que um e outro possam produzir serão outros tantos benefícios prestados ao país”. Para o cronista, a vocação dos escritores não os remetia à política, tampouco aos combates físicos, mas tão somente para as letras (assim como ele próprio, “colega” de profissão). O fato é que ambos os escritores já eram reconhecidos por seus pares e pelo público leitor como escritores promissores, senão consagrados, pelo menos em via de consagração. Eis a razão da chamada à ordem efetuada pelo cronista: “os autores do *Ateneu* e *Via Láctea* não devem gastar a sua atividade e o seu talento discutindo baboseiras de politicagem”. Para Arthur Azevedo, ao enveredarem por caminhos que não lhes são indicados, o “menos que lhes pode acontecer é isso que julgo ter-lhes sucedido”, ou seja, basta “um vocábulo infeliz” e “eis aí dois rapazes ilustres arreganhando os dentes um para o outro, em risco de fazer esfriar o cérebro de onde saíram as *Canções sem metro* ou a *Tentação de Xenocrates*”.

---

<sup>12</sup> Azevedo refere-se ao Código Penal de 1890, que no seu título X, cap. VI, tipificou duelo com crime.

<sup>13</sup> O pseudônimo *Ignotus* (“desconhecido”, em latim) também foi empregado por outros escritores, dentre os quais Joaquim Maria Serra Sobrinho. Talvez com o falecimento deste, Viveiros de Castro tenha se sentido confortável para adotá-lo, já que não mais poderia ser confundido.

O eufemismo “esfriar” é muito bem empregado: tanto se refere à irracionalidade (já aludida por Pompeia alhures), quanto à morte de um ou ambos os duelistas.

Se Arthur Azevedo pretendeu narrar os fatos e informar seus leitores sobre o caso, tal era também o objetivo de Viveiros de Castro, conhecido como o maior “oponente do duelo”, segundo Braga-Pinto (2014, p.608). Aliás, esta não foi a primeira vez que Viveiros de Castro atuou com precisão para “apurar os fatos”, pois desempenhara papel semelhante alguns meses antes com o duelo ocorrido entre o senador José Hygino D. Pereira e o deputado J. F. Assis Brasil. Segundo o Editorial do jornal *Gazeta de Notícias* (8/3/1891), já quando ninguém falava mais sobre este incidente, foi “quando apareceu o Sr. promotor público, o Dr. Viveiros de Castro, com seu pedido de licença aos presidentes do senado e da câmara para denunciar aqueles representantes do país”, bem como os “seus padrinhos”, como “incursos nos artigos tais e tais do código penal”, causando grande espanto na cidade por sua atitude temerária, isto é, por ter “a coragem de o cumprir com independência” o seu dever, “mesmo tratando de individualidades supostamente acima da lei”. Emanuel Carneiro, por outro lado, como ferrenho defensor da prática do duelo, viu na ocasião justamente uma oportunidade para promovê-lo, conforme atesta sua apaixonada crônica de 01 de março de 1891.<sup>14</sup> É importante salientar que as causas deste duelo também remetem a questões políticas, mais precisamente à elaboração da Constituição Federal de 1891, com a diferença, como visto, de que ambos os oponentes eram políticos profissionais. Mas voltemos ao duelo Pompeia-Bilac.

Em crônica intitulada *O duelo Bilac-Pompeia*, publicada no jornal *O Pharol*, no dia 30 de março de 1892, Viveiros de Castro, sob o pseudônimo de *Ignotus*, corrobora com a narrativa de Azevedo acrescentando, porém, informações mais precisas. Escrita em terceira pessoa (a fim de manter o anonimato garantido pelo pseudônimo já revelado), a crônica pauta-se no inquérito instaurado para a apuração dos fatos. Visando certa “impessoalidade”, o cronista inicia sua narrativa da seguinte forma: “O Sr. promotor Viveiros de Castro, a quem já uma vez o Congresso Nacional mandou cuidar de outro ofício no duelo *manqué* entre os Srs. José Higinio e Assis Brasil”, diz ele, “deixou novamente a pena com que escreve os seus *contos cor de rosa*... murcha, para levantar a espada da lei contra os grandes artistas que se chamam Raul Pompeia e Olavo Bilac”.

O cronista, porém, alerta os seus leitores para o fato de que ainda que o inquérito tenha informações precisas, ele não pôde ir muito além da simples notificação de que havia um duelo por acontecer, conforme teria sido publicado nas páginas do “*Diário do Comércio*”. E isso por que, “circunstância mínima” (como diria Pompeia), o duelo não ocorreu, ou melhor, não chegou

---

<sup>14</sup> Arthur Azevedo, sob o pseudônimo de *Eloy, o herói*, disse alguns anos antes, em crônica de 14 de outubro de 1888, que “no Brasil as coisas tomam sempre um caráter sério desde que haja um senador envolvido nelas. Sem um senador é que não se faz nada.” Sua crônica, pautada no duelo havido “entre o Sr. senador Cândido de Oliveira e o Sr. Alexandre D’Atri, agente de colonização”, serviu-lhe para ironizar com a prática dos duelos.

a ser concluído por meio do derramamento de sangue. Tal é o motivo da afirmação, um pouco desapontada, de que os “rapazes” “lhe farão caretas à jurisprudência” e o “obrigarão a arquivar o processo por falta de provas”. Porém, “sendo certo que os arrancos do inquérito não atirarão o Pompeia, o Olavo, o Rabello, o Jovino, o 1<sup>o</sup> tenente Mattos, o capitão Carvalho, o João Andréa e os deputados Jesuíno e Delfino ao banco dos réus”, nada o impede de “contar a coisa como a coisa foi”. Uma vez apresentados os nomes dos envolvidos, passemos às suas atuações no “duelo gorado”.

De acordo com Viveiros de Castro, uma vez ciente das críticas a ele endereçadas, Raul Pompeia “investiu o Jovino Ayres, secretário da redação d’*O Paiz*, de desafiar o Olavo para um encontro pelas armas”. “O Jovino”, entretanto, motivado “por circunstâncias independentes de sua vontade, não pôde levar a termo a honrosa incumbência”; delegou então sua tarefa a “Pedro Rabello – um poeta magro de corpo e gordíssimo de talento e espontaneidade, crismado *Pero Rabizo* pelos nossos amigos argentinos”. Aceita a tarefa, Pedro Rabello “associou-se ao João Andrea, que, por ter sido aluno da Escola Militar, é entendidíssimo nisto de ferralhar sabres e floretes”.<sup>15</sup> Uma vez definidos os nomes dos padrinhos de Pompeia, o próximo passo, evidentemente, consistia no encontro destes com o “deputado Jesuíno de Albuquerque e o capitão Carvalho”, ou seja, os padrinhos de Olavo Bilac. Segundo o cronista, Pedro Rabello, “com toda a gravidade”, teria proposto “em nome do seu constituinte” que o “duelo se realizasse à pistola”, além de ter acrescentado que o confronto “deveria ser assim: a queima roupa, uma das armas carregadas, a outra não”. Esta ideia, no entanto, não teria agradado ao capitão Carvalho, que, embora não tivesse “dúvida quanto à primeira parte”, discordava do fato de se ter “uma pistola carregada, outra não”, pois para ele “ambas deveriam estar carregadas e escorvadas”.

Sua proposta, com efeito, aumentou ainda mais o receio por parte dos demais participantes da deliberação (o que se justificava quando se tem em mente que duas pistolas carregadas duplicam as chances de um resultado fatal). Vendo que “todo mundo tremeu” com a sua sugestão, “o capitão Carvalho acalmou-os, contando que uma vez levava três tiros à queima roupa e ainda naquele momento estava ali são e escoreito, pronto para outra”. Afora a romanesca imortalidade do capitão, João Andrea e o Pedro Rabello “passaram a outra proposta”, apesar “de semelhante prova esmagadora”, escreve ironicamente. O empenho de ambos, contudo, não os fez progredir, pois o capitão Carvalho insistiu para que o duelo fosse à pistola, “com pontaria e seis tiros, a 15 passos”. Percebendo, porém, que sua proposta não seria aceita, cedeu em partes e “concedeu em alongar a distância até 25 passos e diminuir a 3 o número de tiros”. Ainda assim, afirma Viveiros de Castro, considerando “afastada a hipótese de um duelo de morte”, isto é, descartada de antemão a possibilidade de que alguém viesse a falecer, o

---

<sup>15</sup> João Andrea foi incumbido de publicar a primeira versão, havia muito prometida, das suas *Canções sem metro*, o que de fato ocorreu em 1900, portanto cinco anos após o passamento de Pompeia.

“Pedro Rabello e o João Andrea não aceitaram o que lhes propôs o padrinho do Olavo e deram por terminada a sua missão, lavrando a ata respectiva”.

Não há como negar que os padrinhos de Pompeia possuíam a cautela que faltava ao padrinho de Bilac, afinal, mesmo cedendo em espaçamento e em número de tiros, ainda assim haveria uma alta probabilidade de que ocorresse algum incidente fatal. Uma vez que não se chegou a um consenso sobre a técnica a ser empregada no duelo, resolveu-se então não por suspendê-lo, mas sim por substituir as testemunhas. Dessa forma, “entraram então no terreno dos preliminares os seus substitutos, 1º tenente Mattos e deputado Thomaz Delfino”. Feito isso, “resolveu-se”, portanto, “que o duelo fosse a sabre, ao primeiro sangue”, tal como na maioria dos duelos descritos anteriormente. Definido os padrinhos e o meio pelo qual duelariam Pompeia e Bilac, o cronista passa então à descrição do cenário onde ocorreria o embate. Marcado para o romper da aurora de uma segunda-feira, “quando ainda o dia começava a calçar as botas para o seu giro de 24 horas”, o duelo ocorreria no já citado “*atelier* de Rodolfo Bernardelli”. Ocorre que, quando os combatentes e suas testemunhas chegaram ao local, depararam-se com um pequeno contratempo, embora facilmente resolvido, dada a familiaridade que possuíam com os irmãos Bernardelli: “o fidalgo proprietário daquele templo de Arte achava-se ausente”; sua ausência (repare na displicência dos envolvidos), no entanto, “não contrariava o caso”, uma vez que “escalaram a muralha do jardim e penetraram. Todos calmos, menos o Dr. Silva Nunes, o cirurgião escolhido para prestar socorros à vítima ou às vítimas do encontro” (que talvez sentiasse mais incomodado pelo embaraço da invasão domiciliar do que propriamente pela possibilidade de ter que tratar de algum ferido).<sup>16</sup>

O que há de mais extravagante em tudo isso é que o cenário escolhido para o duelo estava como que em vivo contraste com o teor primitivo com o qual Pompeia o classificava: segundo Viveiros de Castro, o duelo ocorreria em meio a bibelôs artísticos, quadros e estátuas que figuravam “impassíveis, ou antes admirados daqueles preparos de destruição”. No derradeiro momento em que se mediam as distâncias, enquanto Pompeia empunhava “o sabre” e Bilac segurava “firme a espada” (ínterim no qual “as testemunhas observaram que nenhum dos dois trazia cota de malhas”), “ergueu-se então a voz do Sr. deputado Jesuíno de Albuquerque e ouviu-se que ele dizia que os dois ilustres artistas já haviam dado suficientes provas de coragem, que bastava, portanto, e que a reconciliação se fizesse”, dado que fora demonstrado até onde poderiam ir os escritores, sob testemunhas, para defender sua honra. A esta altura, evidentemente, impedir o duelo em nada afetaria o simbolismo do ato; e não o impedir poderia

---

<sup>16</sup> Segundo Ana Silva (2002, p. 139), pautada na biografia de Olavo Bilac, de autoria de Raimundo Magalhães Júnior, o médico presente na ocasião chamava-se Heitor Murat, irmão do também escritor Luís Murat. Como não localizei, salvo a menção da autora, quaisquer outras fontes que remetessem à presença de Heitor Murat na ocasião – nem mesmo Braga Pinto (2018) menciona seu nome –, tudo leva a crer que o relato de Viveiros de Castro, justamente por se pautar em um inquérito investigativo, constitua uma das melhores fontes documentais de que se tem notícia.

ser fatal, pois embora o combinado fosse o cessar armas ao primeiro sangue, a irritação dos contendores poderia levá-los a desconsiderar o arrazoado. Diferentemente dos casos anteriores, neste o receio de haver consequências graves parecia ser consensual.

Como a proposta de suspendê-lo foi unanimemente aclamada, Pompeia e Bilac viram-se obrigados a encerrar o duelo, o que foi simbolicamente marcado por meio de um aperto de mãos. Finda a crônica de Viveiros de Castro, cabe citar um adendo de Silva (2002), uma vez que a autora acrescenta uma interessante observação com relação ao desfecho do combate: pautada em Eloy Pontes, Raimundo Magalhães Jr. e Rodrigo Octávio, afirma que “Bilac foi o primeiro a concordar com a suspensão do embate – *Fui eu o ofensor. Dou-me por satisfeito*, teria dito o poeta enquanto estendia a mão para o adversário, que *constrangido e de má vontade apertou*” (2002, p. 139-140, grifos da autora). Por outro lado, se Bilac dava-se por satisfeito com esse desfecho, Pompeia, conforme a autora, “nunca ficara satisfeito com tal acordo, considerando-se desonrado” (não há, contudo, nada que comprove sua suposta insatisfação). Satisfeitos ou não, o fato é que *O combate* (jornal no qual fora publicada a afronta de Bilac a Pompeia) noticiaria em seu editorial, já no dia seguinte ao ocorrido, em 22 de março de 1892, o seguinte informe: “O incidente havido entre os Srs. Drs. Raul Pompeia e Olavo Bilac, foi ontem honrosamente liquidado para ambos”.

### **Considerações finais**

No final do Império e início da República, política, literatura e jornalismo constituíam áreas cujas fronteiras tornaram-se muito tênues, especialmente durante o Governo Floriano Peixoto, o que explica em boa medida o porquê de os embates ocorridos entre alguns escritores ter suas origens externas ao campo literário. Ocorre que os escritores eram também jornalistas (Raul Pompeia, Olavo Bilac); os jornalistas também atuavam como críticos literários (Araripe Júnior) e políticos (Luís Murat), outros desempenhavam funções junto à magistratura e à docência (Rodrigo Octávio), e mesmo os políticos profissionais eram, em certos casos, também membros de outros campos como, por exemplo, o militar (Floriano Peixoto) ou o da oligarquia cafeeira (Prudente de Moraes). O sentimento de que havia uma *família de escritores*, conforme se referiu de Pardal Mallet na já citada crônica de 10 de julho de 1890, apesar da fundação da Academia Brasileira de Letras em 1897, só seria novamente observado décadas mais tarde, com a Semana de Arte Moderna, em 1922.<sup>17</sup> A união ou cisão entre intelectuais da época era motivada, portanto, menos por razões literárias do que políticas, de onde o sincretismo representado pelo o emprego de habilidades literárias para fins políticos.

Quanto ao duelo Bilac-Pompeia, ainda que ele tenha sido encerrado sem maiores consequências, as causas do embate não cessariam de exercer sua influência: motivado pela

---

<sup>17</sup> Grupo analisado por Sergio Miceli (1979) em seu clássico *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*.

oposição cada vez mais ferrenha que Olavo Bilac e Pardal Mallet direcionavam ao seu governo, por meio de seu jornal *O combate*, Floriano Peixoto decretaria a prisão de ambos, além de outros importantes jornalistas e intelectuais da época, como é o caso de José do Patrocínio.<sup>18</sup> Pompeia, por sua vez, encontrava-se inabalável. No entanto, com a eleição de Prudente de Moraes em novembro de 1894, seguida da morte do marechal em junho de 1895 (ocasião em que Pompeia declamou um famoso panegírico em sua homenagem), os rumos políticos do país mudariam sensivelmente: da situação, Pompeia passaria à oposição.<sup>19</sup> Pouco tempo depois, também motivado por uma agressão pessoal publicada em jornais (novamente ocasionada por razões de cunho político), e impossibilitado de responder às acusações de que tardiamente tomara conhecimento – o jornal *Gazeta de Notícias* negara-se a publicar uma crônica-resposta de sua autoria –, Raul Pompeia, com trinta e dois anos, cometeu suicídio em pleno natal de 1895.

Como disse Rodrigo Octávio, a política foi um desvio fatal na carreira do escritor. A propósito, Machado de Assis, em crônica de 29 de dezembro de 1895, diria também que, se em Raul Pompeia “sobravam-lhe talentos, não lhe faltavam aplausos nem justiça aos seus notáveis méritos”, a “política, é certo, veio ao seu caminho para lhe dar aquele rijo abraço que faz do descuidado transeunte ou do adventício namorado um amante perpétuo.” As mortes de Pompeia e Mallet, falecido no ano anterior, sem dúvida contribuíram para que a moda dos duelos caísse no ostracismo. Sem eles, com o natural amadurecimento institucional e com o próprio envelhecimento natural desta geração de intelectuais, naturalmente as agitações políticas arrefeceram. De fato, poucos dentre eles ainda estavam vivos quando do próximo grande abalo institucional, qual seja, a Revolução de 1930.

### Referências bibliográficas

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de A. Retrospectivo literário de 1893. **A Semana**, Rio de Janeiro, p. 251-252, 10 mar. 1894.

\_\_\_\_\_. Retrospectivo literário de 1893. **A Semana**, Rio de Janeiro, p. 290, 14 abr. 1894.

ASSIS, Joaquim M. M. A semana. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 29 dez. 1895.

---

<sup>18</sup> Conforme publicado no próprio *O combate*, em 12 de abril de 1892, sob o título de “Jornalistas presos”. Segundo Silva (2002, p. 167), acusando seus opositores de conspiração política, “às quatro da madrugada do dia 11 de abril, Floriano decretava estado de sítio por 72 horas e suspendia as garantias constitucionais pelo mesmo período. Na mesma medida ainda oficializava várias prisões e desterrava para o Estado do Amazonas 45 civis e militares reconhecidos como autores, promotores, cúmplices ou coniventes no crime de conspiração”, dentre os quais figurava Olavo Bilac e Pardal Mallet, este último falecido ainda em 1894.

<sup>19</sup> Através de seu *Serviço telegráfico*, noticiava o jornal *A pacotilha*, de 5 de outubro de 1895, o seguinte: “em virtude dos discursos violentos que proferiram por ocasião da transladação do cadáver do Marechal Floriano, foram demitidos o Dr. Raul Pompeia, do lugar de diretor da Biblioteca Nacional e Irineu Machado do de secretário do Conselho Naval”.

- \_\_\_\_\_. A semana. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 11 out. 1896.
- AZEVEDO, Arthur. Cartas fluminenses. **O Pharol**, Juiz de Fora, 27 mar. 1892.
- \_\_\_\_\_. (sob pseud. de *Eloy, o herói*) Croniqueta. **A Estação**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1886.
- \_\_\_\_\_. (sob pseud. de *Eloy, o herói*) De palanque. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 14 out. 1888.
- BRAGA-PINTO, César. Journalists, capoeiras, and the duel in nineteenth-century Rio de Janeiro. **Hispanic American Historical Review**, v. 99, n. 4, p. 581-614, nov./dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. **A violência das letras: amizadas e inimizadas na literatura brasileira (1888-1940)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- BRASIL. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, 1890**. Introdução e comentários de Oscar de M. Soares. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal/STJ, 2004.
- BROCA, José B. Duelos de escritores: Pardal Mallet foi o que mais número travou. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 ago. 1961.
- CARNEIRO, Emanuel. Duelo Assis-Hygino. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1891.
- CARVALHO, José M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3<sup>o</sup> ed. 17<sup>o</sup> reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAZUZA. Os mais. **A República**, Curitiba, 2 abr. 1895.
- EDITORIAL. A Floriano Peixoto. **Gutenberg**, Maceió, 29 jun. 1905.
- EDITORIAL. Duelo. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 24 set. 1889.
- EDITORIAL. Duelo. **Gazeta da Tarde**, Rio de Janeiro, 4 dez. 1888.
- EDITORIAL. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1891.
- EDITORIAL. **O combate**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1892.
- \_\_\_\_\_. **O combate**, Rio de Janeiro, 12 abr. 1892.
- FRANCO, Pedreira. Raul Pompeia e Olavo Bilac. **Revista Treze de Maio**, Rio de Janeiro, p. 21-25, 13 nov. 1888.
- IGNOTUS (pseud. Viveiros de Castro). O duelo Bilac-Pompeia. **O Pharol**, Juiz de Fora, 30 mar. 1892.
- MAGALHÃES, Antônio V. C. Pardal Mallet. **A semana**, Rio de Janeiro, 16 fev. 1895.
- MALLET, Pardal. Um que parte. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 10 jul. 1890.
- MELLO, Maria T. C. A República e o Sonho. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p.121-139, jan./jun. 2011.
- MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- OCTÁVIO, Rodrigo. Raul Pompeia (Saudades e Evocações). **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 103-112, 1896.
- PIERROT (pseud. Olavo Bilac). Vida Fluminense. **O Combate**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1892.

POMPEIA, Raul. A vida na Corte. Diário de Minas, Juiz de Fora, 09 dez. 1888. *In.*: \_\_\_\_\_. **Crônicas do Rio**. Organização de Virgílio M. Moreira. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1996.

POMPEIA, Raul. A vida na Corte. **Diário de Minas**, Juiz de Fora, 2 set. 1888.

\_\_\_\_\_. A vida na Corte. **Diário de Minas**, Juiz de Fora, 29 set. 1889.

\_\_\_\_\_. **Carta ao autor de Festas Nacionais**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger & Filhos, 1893.

\_\_\_\_\_. “Poesias” de Olavo Bilac. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 8 out. 1888.

PONTES, Eloy. Raul Pompeia, sua vida, seu tempo, sua obra. **Revista Brasileira** (Síntese do momento contemporâneo), Rio de Janeiro, n. 5, p. 185-194, dez. 1934.

SERVIÇO TELEGRÁFICO, **A pacotilha**, Maranhão, 5 out. 1895.

SILVA, Ana Carolina F. Entre a pena e a espada. Literatura e política no governo de Floriano Peixoto: uma análise do jornal *O Combate* (1892). **Cadernos AEL**, v. 9, n. 16-17, p. 137-178, jan./dez. 2002.

THOMPSON FLORES, Mariana F. C.; REMEDI, José M. R. Território neutro: soberanias justapostas e duelos de honra às margens dos estados nacionais sul-americanos de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX. **História**, v. 38, p. 1-25, jan./dez. 2019.

Y. (pseud. Raul Pompeia). Lembranças da Semana. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1892.

Artigo recebido em 10/02/2022 e  
aprovado para publicação em 13/06/2022